

CRISE

GOVERNO DÁ **ZERO** AOS PENSIONISTAS E **MIGALHAS** À CLASSE MÉDIA



pág. 6

Fica claro que o Governo não dará nem mais um cêntimo aos pensionistas. O Executivo contempla apoios inferiores aos que o PSD previa para a classe média, age tarde e só o faz depois de o PSD apresentar o Programa de Emergência Social



pág. 2 e 3

PRESIDENTE

LUÍS MONTENEGRO NA UNIVERSIDADE DE VERÃO DO PSD

“Baixe o IVA da energia, da eletricidade, do gás, dos combustíveis para 6%. Mas faça-o agora, porque é agora que as pessoas precisam”. Foi este o desafio deixado por Luís Montenegro a António Costa, no encerramento da Universidade de Verão



pág. 7

LOCAIS

PSD QUER PÔR FIM AO ESBANJAMENTO DE ÁGUA EM PAÇOS DE FERREIRA

A falta de água constitui “uma preocupação crescente” para o PSD/Paços de Ferreira, Secção que já demonstrou a sua preocupação através da apresentação de um conjunto de medidas enviadas ao Presidente da Câmara Municipal



pág. 9

REGIONAIS

BOLIEIRO DESTACA “INCONDICIONAL APOIO” DAS FORÇAS ARMADAS AOS AÇORES

O Presidente do Governo dos Açores enalteceu o “apoio incondicional” das Forças Armadas para com o arquipélago, sublinhando a “defesa humanitária” prestada às populações, nomeadamente em matéria de proteção civil e evacuações médicas



EMÍLIA SANTOS
DIRETORA DO POVO LIVRE

O PACOTE

Na passada segunda-feira, com toda a pompa e circunstância, o Primeiro-ministro apresentou ao País o tão aguardado plano de resposta ao aumento de preços designado de “Famílias Primeiro”. Infelizmente, e como já se adivinhava, este plano não é mais do que aquilo que já vinha sendo pré-anunciado ao longo dos últimos meses.

Ou seja, num momento tão dramático como o que atravessamos, o Governo demonstra, mais uma vez, uma falta de noção da realidade, de visão estratégica e de crença no país que é confrangedor.

Pese embora o conhecido e extraordinário excedente fiscal que o Estado está a registar – que, pelas mais recentes contas, deverá superar em cinco mil milhões de euros a receita de 2011 – o que os portugueses mereceram da parte do Governo foi um alinhavar de medidas avulsas, de horizonte curto e impacto discutível.

Pior, uma análise mais fina permite identificar subtilezas nas propostas anunciadas que denunciam uma falta de transparência inaceitável.

Dois exemplos apenas: um, o caso das reformas, onde, com este aumento e pagamento extraordinário, deixará de haver forma de cálculo baseada no PIB e na Inflação, privando assim os pensionistas de um aumento bem mais significativo; outro, o caso da redução do IVA da eletricidade de 13% para os 6%, que só se aplicará aos primeiros 100 KW de energia elétrica consumidos, o que reduz em muito a abrangência desta medida.

No entanto, falta conhecer qual o plano de apoio para as empresas. Tendo em consideração o que foi anunciado para as famílias, e os enganamentos presentes nas entrelinhas, não se afigura nada de substantivo ou de verdadeiramente impactante.

De facto, já todos percebemos que este Governo, de sete meses, está esgotado. Consumido pelos sucessivos casos internos, o Governo não teve capacidade nem o sentido de responsabilidade de preparar, em devido tempo e de forma bem estruturada, um plano estratégico capaz de dar resposta competente à crise social e económica que se vive.

O plano que o PSD apresentou, em devido tempo, proporcionaria aos portugueses e ao país uma resposta mais capaz e muito mais sólida para enfrentar esta crise e encarar o futuro com mais esperança. Infelizmente, não será isso que irá acontecer.

Portugal merece mais e melhor. E acredito que os portugueses, ao conhecerem as nossas ideias e as nossas propostas, começam a perceber isso mesmo.

LUÍS MONTENEGRO

PACOTE ANTI- “NOS ÚLTIMOS

“Que seja amanhã. Baixe o IVA da energia, da eletricidade, do gás, dos combustíveis para 6%. Faça-o transitoriamente, mas faça-o agora, porque é agora que as pessoas precisam”. Foi este o desafio deixado hoje por Luís Montenegro a António Costa.

No encerramento da Universidade de Verão, em Castelo de Vide, dia 4, o Presidente do PSD afirmou que, atualmente, o preço dos bens essenciais está muito elevado e muito acima da taxa da inflação. “O mais básico à vida das pessoas está muito mais caro e os salários têm menos valor. Estamos a dizer isto desde abril, Portugal precisa de um programa de emergência social, para que as pessoas não fiquem para trás”, reiterou.

Também sobre as pensões, o líder social-democrata lembrou que já há mais de três meses que o PSD alertou para a necessidade de não se poder esperar por janeiro para que estas sejam aumentadas. “Na altura, alertámos que os pensionistas e os reformados estão sem dinheiro” para o seu quotidiano, e o que é que o Governo faz? “Faz em setembro o que propusemos há meses”, disse.

O PSD apresentou esta semana um pacote de medidas com soluções para a vida dos portugueses, e amanhã a base do programa apresentado pelo Governo será muito semelhante. Mas Luís Montenegro desafiou ainda o Executivo a não adiar mais as medidas de apoio também às empresas.

Este pacote “vem tarde, muito tarde, com medidas que só serão aplicadas nos últimos três meses do ano. Será um show-off”, e o Governo anda tão “desnorteado que nem sabe o que faz. O Governo faz amanhã aquilo que nós reclamamos desde maio. Não há três dias de diferença, há três meses”.

Luís Montenegro acrescentou ainda que “o PSD não tem de apresentar hoje um programa político, tivemos eleições há meio ano, quem tem de governar é o PS. A frustração na sociedade é grande, o Governo não está a cumprir a sua tarefa, mas nós estamos a cumprir a nossa parte, apontando o que está mal e a apresentar alternativas” e que o Partido está focado “em construir um programa político para mudar Portugal”.

“O caos na Saúde vai continuar porque o Primeiro-ministro não tem a humildade de reconhecer o projeto falhado”



INFLAÇÃO SÓ SERÁ APLICADO TRÊS MESES DO ANO”



O líder social-democrata lembrou ainda a demissão da Ministra da Saúde, que esta semana afirmou não ter condições para continuar no cargo. “Qual a resposta do Primeiro-ministro?”, questionou o Presidente do PSD, “se (a ministra) não tem condições fica mais umas semanas para decidir coisas importantes para as quais não tem condições. Isto é uma contradição. Mas o nível de arrogância do Primeiro-ministro foi mais longe: quando houver uma substituição, a política de saúde vai ser a mesma”.

Mas tal como enumerou Luís Montenegro, o que temos tido é uma “política de maus resultados, com urgências fechadas, com portugueses sem médicos de família e com consultas adiadas. O estado de caos na saúde vai continuar porque o Primeiro-ministro não tem a humildade de dizer que os resultados se devem a um projeto falhado. Se insiste nas mesmas políticas, os resultados são iguais ou piores”.

Aquilo de que Portugal precisa, é de um “sistema em que o serviço público de saúde tem de ser cumprido, mas não tem de ser tudo no Estado. Quem disser que o PSD não defende o SNS e que temos outro interesse que não o das pessoas é desonesto”, referiu, acrescentando a promessa de que “vamos ser nós outra vez a colocar o SNS a prestar às pessoas um sistema que dê resposta às suas necessidades”.

Jovens são determinantes para o futuro de Portugal

Perante uma plateia constituída maioritariamente pelos jovens que esta semana participaram no programa de formação social-democrata, o Presidente do PSD referiu que esta “não pode ser só a geração mais qualificada de sempre. Não é suficiente. Queremos que esta geração ela tenha os melhores salários e as melhores condições de vida para que as possamos aproveitar”.

Temos um problema grave, “não somos capazes de reter o nosso talento, e temos de ser, e para isso precisamos da vontade e da coragem dos jovens e que nos ajudem a construir uma comunidade que crie mais riqueza, que possa pagar melhores salários”.

“Só com os jovens é possível ter melhores propostas e melhores políticas”, concluiu.

Desde 2003 que se realizam as Universidades de Verão

promovidas conjuntamente pelo PSD, a JSD, o Instituto Francisco Sá Carneiro e o PPE. Durante uma semana, entre 29 de agosto e 4 de setembro, cerca de 100 jovens participaram “numa formação interdisciplinar”, com aulas sobre economia, ciência política, saúde, comunicação ou relações internacionais, esta última com especial atenção este ano “à Rússia e à China porque são os dois maiores problemas que o mundo encara”, explicou Carlos Coelho, o reitor da UV.



GOVERNO ANDA A REBOQUE DO PSD



Luís Montenegro considera que “se o governo vem a reboque do PSD”, é porque “está no bom caminho”.

O Presidente do PSD comentou desta forma notícias, segundo as quais, o Governo não avança com impostos sobre lucros extraordinários das empresas. Luís Montenegro lembrou ainda que, mais uma vez, o Governo chegou atrasado: “Manifestámo-nos há mais de três meses contra instituição de um novo imposto sobre os chamados lucros extraordinários porque a carga fiscal hoje das empresas é já muito elevada e se há lucros elevados há pagamento de impostos elevados. O Governo demorou tempo de mais a poder decidir” (sobre este assunto), disse Luís Montenegro, acrescentando que “criar novos impostos nesta altura era um sinal errado para os investidores”.

O Presidente do PSD afirmou ainda na Póvoa do Varzim, dia 2, que o Governo de António Costa demonstra “grande insensibilidade social” na maneira como “empurra os assuntos para a frente” e por ter deixado quase para o final do ano “a apresentação de medidas” de apoio às famílias. Em declarações à imprensa, Luís Montenegro referiu que já há muito tempo que o PSD alertou para a necessidade de se “criarem medidas de apoio social que possam colmatar as dificuldades” que os portugueses estão a sentir, como o “aumento do preço dos bens alimentares, dos bens essenciais, como a energia e os combustíveis”.

Tal como o líder do PSD já tinha prometido no Pontal, o PSD apresentou uma série de medidas para combater a crise e melhorar a vida dos portugueses.

“Complexo ideológico do primeiro-ministro penaliza a Saúde dos portugueses”

Questionado sobre o estado da Saúde, à margem de uma visita à AgroSemana, o Presidente do PSD afirmou que “a política de Saúde do Governo fracassou” e que a “saída de Marta Temido representa a falência do projeto do PS, do PCP e do BE para o SNS”.

O PSD “defende intransigentemente o SNS”, disse, “mas para haver um bom o sistema de saúde público tem de contar com a complementaridade do setor privado e do setor social. Até ao momento, por teimosia do primeiro-ministro e da ministra da Saúde, isso não foi posto em prática em prejuízo das pessoas”.

Para haver um bom SNS tem de haver “investimento, boa gestão, pagamento a fornecedores a tempo e horas, política de medicamento que possa tornar mais acessível o acesso a quem tem menos rendimentos” e que isto é “tudo o contrário daquilo que tem acontecido”, concluiu.

MEDIDAS DO GOVERNO: PENSIONISTAS RECEBEM ZERO

O pacote de medidas do Governo é uma reação tardia às propostas do PSD, não está centrado nas famílias, mas na “arrecadação de impostos” e “a principal novidade dada pelo Primeiro-Ministro é que os pensionistas vão receber zero face ao que receberiam ao abrigo da lei de atualização de pensões”.

Em conferência de imprensa, na segunda-feira, António Leitão Amaro acusou o Executivo: “Este pacote de medidas vem tarde. Tudo está mais caro. Temos um Governo que age tarde, faz o que outros governos já fizeram, medidas que podiam e deveriam ter sido apresentadas antes. O Primeiro-Ministro faz esta ilusão, de começar a pagar agora, para no próximo ano pagar menos do que deveria. A grande novidade é uma ilusão”.

Para o vice-Presidente do PSD, os pensionistas em concreto vão receber zero face ao que receberiam de acordo com o mecanismo em vigor de atualização das pensões.

António Leitão Amaro acusa, ainda, o Governo de não proteger os consumidores de gás e de combustíveis, já que não contempla qualquer medida para estes casos, como defende a proposta do PSD, que prevê a redução do IVA, para 6%, para a generalidade da energia – incluindo o gás e combustíveis –, e não apenas na eletricidade.

O vice-Presidente social-democrata conclui que a artimanha do chefe do Governo é “coisa habitual para quem julga que não há limite na cobrança de impostos: calcular também aquilo que a mais podia ter cobrado, se tivesse os impostos ainda mais altos”. Ora, segundo António Leitão Amaro, isso não é propriamente devolver dinheiro aos portugueses, mas antes pôr o “Estado moderar o seu apetite na cobrança de impostos”, com base em contas públicas colocadas em causa pela Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).



DEMISSÃO DA MINISTRA DA SAÚDE PECA POR TARDIA



O vice-Presidente do PSD, Miguel Pinto Luz, considera que a demissão da ministra da Saúde só “peca por tardia” face ao caos nas urgências de obstetrícia. E apelou à mudança de rumo nas políticas do sector. “Infelizmente foi preciso morrer uma mãe, que não teve acesso nas urgências do maior hospital do país, para que a ministra se demitisse e António Costa tomasse uma decisão”, lamentou o vice-Presidente social-democrata, numa declaração na sede nacional do PSD, em Lisboa, dia 30 de agosto.

“A demissão da ministra da Saúde, já aceite pelo Primeiro-Ministro, peca por tardia. Esta demissão representa muito mais do que a saída de uma ministra. Esta demissão representa a falência da política de saúde do governo, do Partido Socialista e do Primeiro-Ministro António Costa. Esta demissão representa a assunção, do estado em que estes 7 anos de governação Socialista, deixaram a saúde em Portugal”, referiu.

Para o vice-Presidente do PSD, o atual Governo “tem na saúde, uma marca de arrogância, de desrespeito e de falta de soluções”.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL DEU ENTRADA NA AR



O presidente do grupo parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, afirmou, dia 6, na Assembleia da República, que “o Governo não dará nem mais um cêntimo” aos pensionistas. Em declarações aos jornalistas, nos Passos Perdidos, Joaquim Miranda Sarmiento considerou que o Governo quer iludir os pensionistas e reformados: “A ministra do Trabalho foi taxativa ao dizer que, face à lei, o Governo estava a dar exatamente o montante previsto de aumento para 2023, antecipando em parte esse aumento para este ano. É uma mera ilusão”.

Miranda Sarmiento acrescentou ainda que as medidas do Executivo de apoio à classe média ficam aquém das propostas do PSD do ponto de vista financeiro.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Joaquim Miranda Sarmiento apresentou, dia 2 de setembro, na Assembleia da República o Programa de Emergência Social que visa apoiar as famílias e empresas tão duramente atingidas pela crise provocada pela inflação.

Declaração do líder parlamentar do PSD:

“Desde abril, face ao deteriorar das condições económicas e sociais das famílias e das empresas, que o PSD e o seu Presidente, Dr. Luís Montenegro, vêm reclamando do governo um Programa de Emergência Social.

As famílias, sobretudo as de menores rendimentos e a classe média, estão hoje asfixiadas por um lado pela subida das taxas de juro, com o agravamento das prestações do crédito à habitação (e que se prevê que continuem a subir fortemente nos próximos tempos) e por outro lado, pelo aumento do custo de vida, provocado pelo processo inflacionista. Em agosto a inflação atingiu 9%, um valor que não co-

nhecíamos há 30 anos.

O aumento dos preços nos bens em geral, e em particulares nos bens alimentares e energéticos, está a deixar muitas famílias numa situação particularmente difícil.

As empresas, quer pelo aumento custo da energia, pelo aumento do preço das matérias-primas, mas também pela subida das taxas de juro, enfrentam constrangimentos muito significativos.

No entanto, o governo tem sido insensível às dificuldades económicas e sociais das famílias e das empresas.

Isto, apesar do governo estar a arrecadar uma receita fiscal record. (...)

(...) Nesse sentido, não é compreensível que o governo, tal como o PSD propõe, não tenha avançado já com a redução do IVA dos combustíveis, eletricidade e gás, da taxa normal para a taxa reduzida.

Não é compreensível que, face à decisão de vários países que já tomaram essa medida, e face às notícias de hoje, que o governo tenha esperado quase 6 meses para tomar uma medida dessa relevância.

Face às notícias que sabemos hoje, o Primeiro-Ministro e o governo enganaram os Portugueses durante estes 6 meses. (...)

Não é possível continuar a esperar pela resposta do governo. Os portugueses precisam de uma resposta robusta a esta emergência social.

O Programa de Emergência Social proposto pelo PSD tem um valor global próximo dos 1.5 mil milhões de euros, com os eixos 1 a 4 atingindo um montante global de cerca de mil milhões de euros, a que acresce uma redução significativa da carga fiscal na energia para as famílias e as empresas.

O Programa está estruturado em 7 eixos:

Eixo 1: Atribuição, entre setembro e dezembro deste ano, de um vale alimentar no valor de 40 euros por mês a todos os pensionistas e reformados que recebem uma pensão/reforma até 1.108 euros. A medida abrange cerca de 2 milhões e 300 mil pessoas.

Eixo 2: atribuição, entre setembro e dezembro deste ano, de um vale alimentar no mesmo valor de 40 euros por mês a todos os que estão na vida ativa e auferem um rendimento até ao 3º escalão do IRS. A medida abrange cerca de 2 milhões e 300 mil pessoas.

Eixo 3: Redução do IRS nos 4º, 5º e 6º escalões, no montante global de 200 milhões de euros, e a executar através da redução das taxas de retenção da fonte nos últimos 4 meses do ano, com acerto na declaração anual de IRS por via da atualização dos limiares daqueles escalões de IRS na medida do alívio fiscal total proposto. A medida abrange cerca de um milhão e 300 mil pessoas.

Eixo 4: Atribuição, entre setembro e dezembro deste ano, de 10 euros adicionais por mês a todas as crianças e jovens que recebem o abono de família.

Eixo 5: Criação de linhas de apoio financeiro para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e pequenas e médias empresas (PME), para fazer face ao aumento dos custos de energia.

Eixo 6: Apoiar as empresas do setor agroalimentar, nomeadamente com a majoração do apoio à “eletricidade verde”; Aumento do desconto do gasóleo “verde”; abrir o acesso das cooperativas agrícolas ao gasóleo profissional e criação, no Banco de Fomento, de uma linha de capitalização para este setor.

Eixo 7: um programa de melhoria da eficiência energética e redução dos consumos, mas sobretudo a prorrogação até 31 de dezembro da redução do ISP e da suspensão da atualização da taxa de carbono, bem como a redução do IVA dos combustíveis, eletricidade e gás da taxa normal para a taxa reduzida.

PSD QUER PÔR FIM AO ESBANJAMENTO DE ÁGUA EM PAÇOS DE FERREIRA

A falta de água constitui “uma preocupação crescente” para o PSD/Paços de Ferreira, Secção que já demonstrou a sua inquietação através da apresentação de um conjunto de medidas enviadas ao Presidente da Câmara Municipal.

O PSD/Paços de Ferreira lembra que o Governo anunciou em agosto 11 medidas para mitigar os efeitos da seca que afeta Portugal.

“Estranhamente, ou não, a maioria socialista na Câmara Municipal não demonstra ter qualquer preocupação sobre esta matéria. Até à presente data não se pronunciou, nem tão pouco se mobilizou com ações direcionadas a poupança de água, neste período de seca extrema. Lamentavelmente, o PSD/Paços de Ferreira ainda não descortinou qualquer mensagem do executivo PS sobre este assunto nas suas redes sociais ou no site do Município”, considerou em comunicado.

“Entendemos por isso que o silêncio da maioria socialista sobre a necessidade urgente de tomar medidas de poupança de água tem apenas uma razão de ser: a evidente incapacidade da maioria socialista em prevenir e antecipar problemas relacionadas com a água e a ameaça evidente da sua escassez, agravada pela incapacidade em manter uma relação institucional a concessionária Águas de Paços de Ferreira, na sequência das irresponsáveis trabalhadas que criou e que hoje são sobretudo conhecidas. As decisões erradas e ilegais da atual maioria socialista na Câmara Municipal causaram danos colaterais graves, incentivando ao desperdício de água para se pagar menos na fatura, facto que hoje é



visto como crime e a todos os níveis reprovável”, acrescentou a Comissão Política do PSD/Paços de Ferreira.

“É inconcebível que este executivo socialista, apenas para gerir os seus interesses, tenha imposto um tarifário no qual ‘obrigue’ os cidadãos a esbanjar água para pagarem menos na sua fatura. Uma vez que esta maioria

socialista está amarrada à teia que criou, resta-nos esperar que tenha o bom-senso de, apesar do atraso e o inexplicável silêncio, colocar em prática as medidas de poupança de água apresentadas pelo PSD/Paços de Ferreira e que os setores mais afetados sejam ouvidos e envolvidos em todo este processo”, conclui a estrutura liderada por Alexandre Costa.

CÂMARA DA RIBEIRA GRANDE “SOLIDÁRIA” COM PRETENSÕES DAS FUNCIONÁRIAS DA COFACO

O Presidente da Câmara da Ribeira Grande manifestou-se “solidário para com as pretensões dos trabalhadores” da conservadora Cofaco em Rabo de Peixe, impedidas de progredir na carreira, sublinhando o “impacto social” da empresa no concelho.

Segundo uma nota divulgada dia 2 de setembro, referente a uma reunião que o autarca manteve na quinta-feira com a comissão sindical de trabalhadores da Cofaco, Alexandre Gaudêncio “manifestou-se solidário para com as pretensões dos trabalhadores”, atendendo “ao impacto social daquela empresa no concelho, que emprega cerca de 270 pessoas”.

A reunião serviu para a comissão manifestar “a preocupação relativamente às questões laborais”, tendo contado com a presença de presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo dos Açores (SITACEHT), Vítor Silva, segundo o comunicado da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande destacou que o concelho “tem uma das maiores indústrias transformadoras do arquipélago e isso deve ser valorizado”.

“As questões laborais são determinantes para se poder motivar e dignificar uma profissão, ainda mais quando se trata de mulheres, que ocupam a maioria dos postos de trabalho da Cofaco”, frisou Alexandre Gaudêncio.

O autarca salientou que, “quanto maiores forem os rendimentos, maior é o fluxo financeiro na economia local”.

O SITACEHT e as funcionárias da Cofaco têm reunido com várias forças políticas ao longo dos últimos meses.



ALCANENA APOSTA NA REABILITAÇÃO URBANA



A Câmara de Alcanena, no distrito de Santarém, alterou a Estratégia Local de Alojamento, que passou a contemplar exclusivamente a reabilitação de habitações, anunciou o Presidente do município.

Rui Anastácio, que lidera a coligação PSD/CDS/MPT, anunciou que o concelho, onde residem cerca de 12.500 pessoas, tem “mais de mil imóveis devolutos”, tendo o município iniciado o processo de aquisição de alguns deles, com os projetos de reabilitação atualmente a serem preparados.

“Alterámos a Estratégia Local de Habitação para objetivos bem mais ambiciosos”, disse o autarca, salientando que o documento anterior previa 57% de reabilitação e os restantes para construção de raiz.

“Neste momento, todas as soluções habitacionais são 100% reabilitação porque temos os cascos a ficarem desertos, a caírem. A estratégia tem de ser reabilitar, reabilitar, reabilitar”, declarou.

O município tem candidaturas no âmbito do programa 1.º Direito, destinado a pessoas a viver em condições indignas, e da habitação a custos controlados, para a fixação de casais jovens num concelho que tem vindo a perder população nas últimas décadas e que não tem oferta no mercado de arrendamento.

No âmbito do 1.º Direito, com um acordo assinado que prevê investimentos da ordem dos 6,7 milhões de euros (3,2 milhões a fundo perdido), Alcanena tem aprovadas candidaturas para reabilitação de dois bairros sociais, estando em fase de aprovação a de uma instituição particular de solidariedade social e outras em preparação, disse.

Rui Anastácio afirmou que, na cerimónia que o executivo municipal vai realizar no sábado, no âmbito da estratégia para atrair investimento, criar emprego e fixar pessoas no território, vai voltar a apelar a “quem tem algum capital” que reabilite casas no concelho e as coloque no mercado.

“Tem de ser um trabalho do público e do privado” para se inverter a falta de oferta de casas para arrendar, disse, dando nota de “alguns bons sinais”, com o número de processos de obra entrados nos serviços municipais a crescer 50% no primeiro semestre deste ano.

Alcanena junta-se a Torres Novas para atrair empresas e valorizar olival extensivo

Os municípios de Alcanena e de Torres Novas assinaram, no sábado, dois protocolos de colaboração para a criação de um complexo logístico e industrial junto ao nó da A1 com a A23 e para a valorização do olival extensivo.

Rui Anastácio, destacou que a proposta de colaboração lançada ao concelho vizinho de Torres Novas surgiu da convicção de que é preciso agir rapidamente para travar a perda “absolutamente assustadora” de população num território que está a

menos de uma hora da capital do país.

A cerimónia intitulada “Regenerar Alcanena” inclui, além da assinatura dos dois protocolos com Torres Novas, um outro com a Associação Empresarial da Região de Santarém (Nersant), para a entrada em funcionamento de uma StartUp no Pavilhão Multiútilos, bem como a entrega dos Galardões “Acreditar Alcanena”, concebidos pelo artista plástico João Carvalho, a empresas e empresários do concelho.

A iniciativa resulta de uma “reflexão” da liderança do executivo - que, nas mais recentes autárquicas, retirou a gestão do concelho ao Partido Socialista -, perante a perda de população e de massa crítica, com a saída dos jovens mais qualificados, “a uma velocidade alucinante”, disse Rui Anastácio.

“Nos últimos 10 anos perdemos 10% da nossa população e não estamos propriamente em Freixo de Espada à Cinta, estamos a menos de uma hora de Lisboa, junto ao nó da A1 com a A23 [autoestradas]. Temos uma localização teoricamente privilegiada, mas o que é verdade é que chegamos a ter uma freguesia que perdeu 20% da população, o que é absolutamente assustador e carece de uma ação rápida”, afirmou, lembrando que as previsões para a próxima década apontam para a perda de mais 6% a 7% da população, se não houver fluxos migratórios positivos.

Para o autarca, o “grande desafio” passa pela dinamização da economia e pela criação de emprego qualificado.

Daí os projetos com a Câmara de Torres Novas, como o que visa a criação de infraestruturas e de condições nos terrenos urbanizáveis que ambos os concelhos, no distrito de Santarém, possuem junto do nó da A1 (que liga Lisboa ao Porto) com a A23 (que faz a ligação até à Guarda) para a atração e instalação de novos projetos empresariais, nacionais e internacionais.

Rui Anastácio afirmou que o Plano de Pormenor, que irá permitir reclassificar alguns terrenos atualmente classificados como solo rústico, está em curso, devendo entrar em consulta pública ainda este ano.

O outro projeto, que constava do programa eleitoral do movimento liderado por Rui Anastácio, designado por “Ouro Líquido”, visa uma área “para a qual não se tem olhado com a devida atenção”, a do olival extensivo, de oliveira galega, que dá um azeite “absolutamente único”, o qual pode ser “valorizado nos mercados internacionais” e está praticamente ao abandono.

Segundo Rui Anastácio, este tipo de olival ocupa 30% do concelho de Alcanena e mais de 20% do concelho de Torres Novas, podendo o projeto vir a abranger outros concelhos da região.

“O grande problema do olival extensivo, que está em fase de abandono, é que o preço a que é pago o azeite não paga a apanha”, disse, dando o exemplo do olivicultor que lhe confessou ir deixar no chão 100 toneladas de azeitonas de oliveiras com 70 e 80 anos.

BOLIEIRO DESTACA “INCONDICIONAL APOIO” DAS FORÇAS ARMADAS AOS AÇORES



O Presidente do Governo dos Açores enalteceu o “incondicional apoio” e “disponibilidade” das Forças Armadas para com o arquipélago, sublinhando a “defesa humanitária” prestada às populações, nomeadamente em matéria de proteção civil e evacuações médicas.

José Manuel Bolieiro falava dia 3 de setembro, na ilha de São Jorge, durante as comemorações do Dia do Estado-Maior-General das Forças Armadas, onde foi distinguido com a atribuição da Medalha da Cruz de S. Jorge, 1ª Classe, medalha privativa do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O chefe do executivo açoriano disse que “em todos os instantes”, seja em evacuações de doentes ou em matéria de proteção civil, como ocorreu na mais recente crise sísmovulcânica de São Jorge, iniciada a 19 de março, as Forças Armadas deram um “apoio incondicional” às populações nos Açores.

As Forças Armadas têm manifestado, também, “total disponibilidade para colaborar com os órgãos de Governo próprio da Região”, acrescentou o presidente do Governo Regional.

“Há em cada uma das nossas ilhas, em cada um dos açorianos, um sentimento de reconhecimento às Forças Armadas, aos militares na sua individualidade, à instituição no seu conjunto, que intervem de forma humanitária por causa da

paz, mas sobretudo por defesa humanitária junto das pessoas nas suas maiores fragilidades”, referiu.

O Presidente do Governo dos Açores sublinhou que a Região conta “com o apoio e a presença das Forças Armadas” no auxílio a situações provocadas pelo mau tempo, que por diversas vezes afetam o arquipélago.

Sobre a atribuição da Medalha da Cruz de S. Jorge, o governante disse sentir-se “especialmente honrado e prestigiado”, considerando que a distinção é “um reconhecimento” para as Forças Armadas “dos Açores, dos açorianos, de cada uma das ilhas e da dimensão grandiosa do mar”.

Governo regional manifesta satisfação com melhoria da tendência do “rating”

O Governo dos Açores manifestou satisfação quanto à decisão da agência de notação financeira DBRS Morningstar, que, na sexta-feira, alterou a tendência na Região para estável.

A agência de notação DBRS Morningstar alterou na sexta-feira a tendência na Região Autónoma dos Açores para estável, depois de ter considerado que a “dissolução de curto a médio prazo do GrUpo SATA e os riscos de liquidez diminuiram”.

“A DBRS Ratings GmbH (DBRS Morningstar) confirmou o ‘rating’ de emissor de longo prazo da Região Autónoma dos

Açores em BBB (baixo) e o seu ‘rating’ de emissor de curto prazo em R-2 (baixo). As tendências em todas as classificações foram alteradas de negativa para estável”, podia ler-se no comunicado divulgado.

Numa nota publicada na sua página oficial na Internet, o Governo açoriano diz que “acolhe, com satisfação, a subida de perspectiva (outlook) da notação (rating) da DBRS-Morningstar para a Região Autónoma dos Açores”.

“Esta trajetória ascendente, passando a perspectiva de negativa para estável, e a possibilidade de uma evolução positiva nas próximas avaliações, são resultado, sobretudo, do processo de reestruturação da SATA, aprovado pela Comissão Europeia em junho, que, consequentemente, reduzirá os potenciais riscos financeiros da região a curto e médio prazo”, sublinha o executivo açoriano.

Citado na nota, o secretário regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, considera que “o reconhecimento, por esta agência internacional, do significativo esforço de consolidação das finanças públicas”, incluindo a reestruturação e extinção de várias empresas do Setor Público Empresarial Regional, como a SDEA (Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores), a açucareira SINAGA e a Azorina (Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza), “vem confirmar

que o rumo definido pelo Governo dos Açores é o adequado”.

O Governo açoriano (PSD/CDS/PP-PPM) realça também que “os sinais de retoma da economia regional pós-pandemia” de covid-19, “sobretudo no setor turístico, também contribuíram para a avaliação” divulgada, enquanto “a perspectiva de alienação de 51% da Azores Airlines, historicamente responsável pela parcela mais significativa das perdas do Grupo SATA, foi acolhida favoravelmente pela DBRS”.

A DBRS Morningstar sublinhou que alteração das tendências dos ‘ratings’ para estável é suportada pelo ‘upgrade’ de Portugal (A (baixo), estável) em 26 de agosto de 2022.

A opinião da agência de ‘rating’ refletiu-se na diminuição dos riscos de liquidez da SATA, reduzindo os potenciais “riscos da região”, na sequência da aprovação pela Comissão Europeia (CE) de auxílio à reestruturação de 453 milhões de euros à companhia aérea para apoiar o plano de reestruturação da empresa.

O apoio inclui uma injeção de capital de 318 milhões de euros na região, nomeadamente através da conversão em capital de um empréstimo direto de 82,5 milhões de euros à SATA, bem como a aquisição dos Açores de 174 milhões de euros de dívida à companhia aérea.

PSD VALORIZA POLÍTICAS DIRECIONADAS PARA O SETOR VITIVINÍCOLA

O grupo parlamentar do PSD esteve, dia 1, no Porto Moniz, nas imediações do Miradouro do Vêu da Noiva, numa altura em que decorrem as vindimas, para destacar o bom trabalho que o Governo Regional tem feito na afirmação do setor vitivinícola.

Conforme começou por reiterar o deputado Valter Correia, “embora os nossos vinhos sejam reconhecidos internacionalmente pela sua qualidade, o Governo Regional, em articulação com os viticultores e com as empresas do setor, continua a aprofundar o trabalho no sentido da excelência dos vinhos produzidos na nossa terra”, assim como “para assegurar um maior retorno financeiro”.

A criação da Escola Agrícola da Madeira, o trabalho de investigação ou a promoção de ações de formação e de sensibilização foram alguns dos exemplos dados pelo parlamentar social-democrata, a que se juntaram a existência dos “três campos experimentais de que a Região dispõe e o excelente apoio técnico disponibilizado no terreno, permitindo otimizar a produção e a qualidade das uvas”. Ações, essas, promovidas pelo Executivo, através do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira e que têm potenciado a excelência do Vinho Madeira.

Valter Correia salientou, igualmente, que, em simultâneo, tem havido a preocupação do Executivo em “trazer mais dividendos àqueles que se dedicam a esta produção, direta e indiretamente, como as empresas e os viticultores”, através da promoção dos nossos vinhos na Região e além-fronteiras, o que tem levado a que mais pessoas “experiem a excelência dos nossos vinhos” e ao aumento “da procura e da valorização dos preços”.

Para os deputados do PSD, neste âmbito, importa também dirigir “uma palavra de reconhecimento às empresas que, através de uma política de preços diferenciados a pagar pelas uvas” tem potenciado um maior empenho dos viticultores, “que mudaram hábitos ancestrais e têm feito um esforço suplementar e notável” na melhoria constante da qualidade do produto e, por conseguinte, do vinho produzido, assegurando o seu escoamento e o aumento dos rendimentos.



PS REVELA “ABSOLUTO DESCONHECIMENTO” SOBRE DEFINIÇÃO DO PRR

O PSD/Açores considera que o PS revela “absoluto desconhecimento” sobre a definição do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), depois de os socialistas terem garantido que o Governo Regional de coligação “teve nove meses para redefinir” o documento.

Luís Pereira, secretário-geral do PSD/Açores, declarou que o PS revela “absoluto desconhecimento” sobre a definição do PRR, especialmente no que diz respeito aos Açores e às autarquias, lamentando “a postura” dos socialistas.

O secretário-geral do PSD/Açores explicou que a versão preliminar do PRR foi publicada em 15 de outubro de 2020, “já com as verbas definidas em 580 milhões de euros, com a previsão do concurso das agendas mobilizadoras e com as componentes propostas também definidas”.

“A versão preliminar foi partilhada com Bruxelas nessa data e só na passagem de 2020 para 2021 é que o novo Governo Regional foi convidado a participar em diligências e reuniões com a República, para densificar e desenvolver as propostas já existentes”, refere.

Segundo o dirigente, “houve apenas dois meses para o desenvolvimento de medidas até à consulta pública de fevereiro e quatro meses face à submissão a Bruxelas”.

“Ou seja, será que o Partido Socialista considera responsável que, naquele curto espaço de tempo, se tivesse alterado um documento que demorou um ano a ser negociado pelos próprios?”, questiona.

O social-democrata sustenta ainda que as declarações do PS “revelam uma total ignorância sobre o processo”, e assinala que só é possível fazer alterações ao PRR mediante um entendimento entre o Governo da República e a Comissão Europeia. Contudo, lembra, o prazo de execução determina que os investimentos estejam concluídos até final de 2025.

“Ou seja, mesmo havendo uma alteração pontual em 2023, que permita acesso às autarquias, estas terão um tempo muito reduzido para efetuarem qualquer investimento”, diz Luís Pereira.

Sobre o Programa Açores 2030, de fundos comunitários, “e à semelhança do que aconteceu no Programa Operacional Açores 2020, não existe um eixo específico para as autarquias, pois as elegibilidades das mesmas estão dispersas pelas tipologias de investimento disponíveis”, acrescenta.

O PSD considera que, no debate parlamentar sobre o Açores 2030, em março, “ficou clara a elegibilidade possível para as autarquias, que é de 130 milhões de euros”.

“Já o PS, erradamente, nas suas jornadas parlamentares de fevereiro, teimou que era de 66 milhões de euros”, refere.

GOVERNO DA MADEIRA CRIA RESERVA ESTRATÉGICA DE CEREAIS



O Governo da Madeira decidiu criar uma reserva estratégica de cereais para garantir que não surjam ruturas no abastecimento do setor da panificação, num investimento mensal de 60 mil euros.

“O que estamos a fazer é recuperar um conceito já existente no passado de reserva estratégica de cereais na região, aumentando, através de uma forma contratual, a capacidade de stock para que não haja ruturas no abastecimento, sobretudo ao setor da panificação”, declarou o secretário regional da Economia.

Numa conferência de imprensa conjunta com o secretário regional das Finanças, no Funchal, o titular da pasta da Economia do Governo da Madeira (PSD/CDS), Rui Barreto, adiantou que “esta medida passará a vigorar a partir do quarto trimestre deste ano, perdurará durante um ano (são quatro trimestres) e terá um custo mensal a rondar os 60 mil euros”.

“O objetivo é garantir que não há qualquer quebra de abastecimento e que está salvaguardado o interesse da região, nomeadamente para a indústria da panificação, porque o pão é matéria sagrada para o Governo Regional da Madeira”, sublinhou.

Rui Barreto argumentou que, na sequência da crise gerada pela guerra na Ucrânia, perspetiva-se “que o preço do trigo aumente mais de 40% este ano, atingindo máximos históricos em termos nominais”.

“O mundo vive em gritante escassez devido à guerra na Ucrânia e ao bloqueio do transporte marítimo de cereais”, salientou.

O governante referiu que, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, Portugal tem um grau de autoaprovisionamento de trigo inferior a 10% e a balança comercial de trigo nacional é “crónicamente deficitária: em 2021, apenas 6,3% da utilização interna de trigo (consumo humano, alimentação animal e utilização industrial) era satisfeita pela produção nacional”.

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



**José Luís
Moreira da Silva**

Editorial

Tudo por tudo!

É já no Domingo, dia 22 de Janeiro, que o País pode entrar na História, ao eleger, à primeira volta, o primeiro Presidente não-socialista da nova República!

Todos nós temos a obrigação de ajudar a fazer essa História.

Penso que nenhum de nós quer regressar à confusão da segunda volta, com toda a esquerda a unir-se, compulsivamente, para derrotar Cavaco. Chegou o pesadelo de 1986 e as suas consequências soaristas que ainda hoje pagamos...

Façamos um favor, pequenino, a Alegre, Louça ou Jerónimo, não os obriguem a votar Soares!

Evitemos os embaraços da esquerda, os enjoos dos elefantes ou dos sapos que teriam de engolir, os defeitos de visão que adviriam de ter que votar com os olhos fechados ou tapando o boletim de voto...

Também penso que nenhum de nós quer manter o socialismo na cadeira de Belém. Cabe-nos demonstrar que o cargo de Presidente da República não é só para o PS. Que Cavaco o pode desempenhar bem melhor que Soares ou Sampaio.

E não há sequer comparação possível. Com Cavaco não teremos a sua agenda pessoal a interferir no país, mas apenas a agenda de Portugal. Com Cavaco não se fecharão os olhos às asneiras dos Governos, apenas pela sua cor partidária, ou se demitirão outros apenas pelas mesmas razões. Com Cavaco teremos isenção e sentido de missão em prol de Portugal. Apenas isso, mas tanto isso. E chega, pois já é mais do que tivemos nestes últimos vinte anos (Ufa!) de presidências socialistas.

Não se espere que Cavaco vingue o PSD, o apoio mais do que a Governos do PS, interfira no Governo ou na Oposição por interesses partidários ou pessoais. Isso não é Cavaco. Quem quer que o futuro Presidente faça isso, quer a continuação do mesmo que temos tido.

O que precisamos é que o futuro Presidente esteja acima dos partidos e dos interesses pessoais, una os portugueses e nos ajude a ganhar confiança e capacidade para progredir, utilizando todas as capacidades do seu cargo e principalmente da sua eleição por sufrágio directo e universal, maioritário e unipessoal, a única assim constitucionalmente consagrada.

No próximo Domingo vamos dar tudo por tudo e fazer História!

Vamos ajudar a eleger Cavaco “à primeira”!



CAVACO SILVA GANHAR À PRIMEIRA

Marques Mendes
em Pombal
com Cavaco Silva

página 16

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 15 de setembro de 2022 (quinta-feira), pelas 21H00, na sede distrital do PSD, situada na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17, em Portalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS;

1. Informações;
2. Análise da situação política

Nota;

Apesar das recomendações da DGS, terem aliviado o uso da máscara, agradecemos o uso da mesma antes e durante a reunião, manter o distanciamento de segurança, no sentido de salvaguardarmos a nossa saúde e o nosso bem-estar

VIANA DO CASTELO

ALTERAÇÃO DAS NOTAS DA CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL ELEITORAL, PUBLICA NO POVO LIVRE DE 17 DE AGOSTO DE 2022

NOTAS;

1. As Listas Candidatas para a Mesa da Assembleia Distrital, Comissão Política Permanente Distrital, Conselho de Jurisdição Distrital e Comissão Distrital de Auditoria Financeira, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, na Rua Tenente-Coronel Afonso Paço, Lote 1 – Loja A, entre as 20h e as 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral
 2. As Listas Candidatas de Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção respetiva, ou a quem o possa substituir, na morada acima descrita de cada Concelho, entre as 20h e as 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral;
- O ato eleitoral decorrerá em todas as Sessões do Distrito, entre as 15h e as 20h;

VISEU

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir no próximo dia 12 de setembro de 2022 (segunda-feira), pelas 21H00, no Auditório do Complexo Paroquial de Mangualde, no Largo da Misericórdia, 3539-131, Mangualde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS;

1. Informações;
2. Análise da situação Político-Partidária
3. Outros Assuntos

Nota;

Esta Assembleia é aberta à participação de todos os militantes.

SECÇÕES

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião, para reunir no próximo dia 17 de setembro de 2022 (sábado), pelas 17H00, na sede do Partido, sita na Rua de Camões – Campelo – Baião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações do Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Informações dos Vereadores Eleitos à Câmara Municipal;
4. Análise da situação política Concelhia;
5. Outros assuntos

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Secção do PSD de Carregal do Sal, para reunir no próximo dia 08 de outubro (sábado) de 2022, pelas 16H00, na Sede da Junta de Freguesia de Carregal do Sal, Rua S. João de Deus, 27 em Carregal do Sal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Conde Ferreira, 20, Carregal do Sal

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 16h00 e as 19H00

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Secção do PSD de Cinfães, para reunir no próximo dia 08 de outubro (sábado) de 2022, pelas 17H00, na Junta de Freguesia de Cinfães, Rua Xanana Gusmão - Cinfães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua legal e estatutariamente, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 17h00 e as 19H00

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 30 de setembro de 2022 (sexta-feira), pelas 21h30, na Junta de Freguesia de Espinho, sita na Rua 23, Nr. 271, 4500-141, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Prestação de Contas;
2. Análise da situação Política Atual local e nacional;
3. Outros assuntos de interesse;

ÍLHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 54º dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo, em sessão ordinária, que terá lugar no próximo dia 24 de setembro de 2022 (sábado), pelas 15H00, no Auditório do Museu Marítimo de Ílhavo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária local e nacional;
3. Outros assuntos

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir, em secção ordinária, no próximo dia 30 de setembro de 2022 (sexta-feira), pelas 21H00, no Auditório da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, na Avenida das Acácias, em Lamego, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações do Presidente da Comissão Política;
2. Análise da situação política local e distrital;
3. Análise da situação política nacional;
4. Outros assuntos

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Lisboa, para reunir no dia 08 de outubro de 2022 (sábado), das 10H00 às 20H00, na Escola Básica Manuel da Maia, sita na Rua Freitas Gazul, 6, 1350-149 Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio do PSD Lisboa ou a quem a substitua, até às 24H00 do dia 5 de outubro de 2022.

Morada da entrega das listas: Sede Concelhia do PSD Lisboa, Rua Luciano Cordeiro, 116, 1050-140 Lisboa
O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 10h00 e as 20H00.

MANGUALDE

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e do REGULAMENTO Eleitoral para os Órgãos locais, convoca-se a Assembleia de secção do PSD Mangualde, para reunir no próximo dia 08 de outubro(sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00, na Estalagem Cruz da Mata, Lugar da Mata, 3530-114 Mangualde, com a seguinte Ordem Trabalho:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24h00 do dia 05 de outubro de 2022

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Mealhada, para reunir, no próximo dia 23 de setembro de 2022 (sexta-feira), pelas 21H00, no Salão Nobre do Quarte dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, sito na rua Bernardino Felgueiras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Secção do PSD de Monção, para reunir no próximo dia 15 de outubro (sábado) de 2022, pelas 14H00, na sede da secção, sita na Rua Direita nº 117, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua legal e estatutariamente, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 14h00 e as 19H00.

PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penalva do Castelo, para reunir no próximo dia 08 de outubro (sábado) de 2022, entre as 17H00 e as 19H00, na Junta de Freguesia de Insua, sito na Rua do Lar – Penalva do Castelo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do 3º dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 17h00 e as 19H00.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Sernancelhe, para reunir no próximo dia 08 de outubro (sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00, no Auditório do Centro de Artes, Sernancelhe, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua, até às 24H00 do 5 de outubro, na sua residência, sita Rua do cruzeiro – Tabosa do Carregal, 3640-030 Sernancelhe.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 16h00 e as 19H00.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, designa-

damente o Regulamento Eleitoral, convoco a Assembleia de Secção de Soure, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 15 de outubro de 2022 (sábado), pelas 14H00, no 1º andar do n.º 6 da Rua António Morais Pinto, Soure, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas:

As listas candidatas aos diferentes Órgãos de Secção deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, no n.º 18 da Rua Senhor das Almas, Soure, até ao término do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro de 2022), conforme Regulamento Eleitoral que pode ser consultado no site do Partido Social Democrata.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 14H00 e as 17H00, e de acordo com o Regulamento Eleitoral apenas poderão votar os militantes com capacidade eleitoral ativa.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Tondela, para reunir no próximo dia 08 de outubro (sábado) de 2022, entre as 16H00 e as 19H00, no Auditório Municipal de Tondela, sito na Rua Comendador Alberto Cardoso Matos 97, em Tondela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua, entre as 21H00 e as 24H00 do dia 5 de outubro, no Auditório Municipal de Tondela.

As Urnas estarão abertas das 16h00 às 19H00.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para os Órgãos de secção do PSD de Valongo, para reunirem em Assembleia, no dia 08 de outubro (sábado) de 2022, pelas 15H00, na sede de secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção. As Urnas estarão abertas das 15h00 às 19H00.

NÚCLEOS

ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Águas Santas / Pedrouços, para reunir, em Sessão Plenária, no próximo dia 26 de setembro (2ª Feira), pelas 21H30, na Sede do Núcleo, sita na Rua dos Fontineiros da Maia, 20, Águas Santas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações Gerais
2. Análise da Situação Política
3. Outros assuntos

ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Águas Santas / Pedrouços, para reunir, em Sessão Plenária, no próximo dia 08 de outubro (Sábado), pelas 16H00, na Sede do Núcleo, sita na Rua dos Fontineiros da Maia, 20, Águas Santas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo Águas Santas / Pedrouços

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política de Núcleo ou a quem o substitua, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 16h00 e as 20H00

CAMPO / SOBRADO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade elei-

toral activa para os Órgãos do Núcleo de Campo / Sobrado, para reunirem em Assembleia, no próximo dia 08 de outubro (Sábado) de 2022, pelas 15H00, na sede da secção do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo de Campo / Sobrado

Notas:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral, na sede da secção

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 19H00

ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos do Núcleo de Ermesinde, para reunirem em Assembleia, no próximo dia 08 de outubro (Sábado) de 2022, pelas 15H00, na sede da secção do PSD/Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 – Ermesinde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo de Ermesinde
- Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral, na sede da secção
- As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 19H00

MADALENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Madalena, Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de outubro (Sábado) de 2022, entre as 10H00 e as 12H00, na Junta de Freguesia da Madalena, sita na Rua António Francisco Sousa, nº 491, na Madalena, Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo da Madalena
- Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral. Estando a Sede aberta no último dia das 21H00 às 24H00
- As urnas estarão abertas entre as 10H00 e as 12H00

OLIVEIRA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia do Núcleo do PSD de Oliveira do Douro, em Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 15 de outubro de 2022, pelas 17H00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo de Oliveira do Douro

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo do PSD de Oliveira do Douro ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23:00h do terceiro dia anterior ao do ato eleitoral, sendo que, para tanto e sem prejuízo de as listas poderem ser entregues em dias anteriores, a sede concelhia estará aberta entre as 21:30h e as referidas 23:00h.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Espinho para reunir no próximo dia 29 de Setembro de 2022, na sede concelhia, sita na Rua 21, n.º 919, 4500-204, Espinho, às 21:30h, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Balanço ao primeiro ano de mandato;

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda para o Plenário Concelhio da JSD Guarda, a realizar-se no dia 08 de Outubro de 2022, pelas 21h00, na sede do PSD da Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2º com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão da actividade política local e nacional;
- 2 – Outros assuntos.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Lisboa para reunir no dia 08 de Outubro de 2022 (sábado), pelas 10:00, na Escola Básica Manuel da Maia, sita na Rua Freitas Gazul, 6, 1350 – 149 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhio da JSD Lisboa.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD Distrital de Lisboa, situada na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD.

O ato eleitoral decorrerá entre as 10:00 e as 20:00.

DESPACHO N.º 2/HS/2022
ISENÇÃO DE PAGAMENTO
DE QUOTAS



Despacho nº 2/HS/2022

Isenção de pagamento de quotas

Considerando a necessidade de imprimir uma nova dinâmica às secções da emigração do Partido Social-Democrata;

Considerando a necessidade de realização de eleições em várias secções que se encontram inativas e sem órgãos eleitos;


Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 25º-1 d) dos Estatutos do PSD e do artigo 4º-1 do regulamento de quotizações e tendo presente o disposto na deliberação anexa ao dito regulamento, aprovada em 11.03.2022, dispensei do pagamento de quotas durante o corrente ano de 2022 e durante o ano de 2023, todos os militantes inscritos nas secções da emigração.

O presente despacho entra em vigor com a publicação em Povo Livre.

O presente despacho deve ser anexo, e dele ser parte integrante, ao Regulamento de Quotizações.

Lisboa, 30 de agosto de 2022

O Secretário-Geral


Hugo Soares

Para execução: Publicação em Povo Livre; Publicação no site do Partido em anexo ao Regulamento de Quotizações; Serviços da sede nacional.

Para conhecimento: Secções da emigração; difusão aos militantes da emigração, Comissão de Relações Internacionais; Secretariado para as Comunidades Portuguesas.